COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** FEIJÃO

Até o final de junho deverá chegar a primeira remessa (10 mil t) das 50 mil t de feijão preto, a serem importadas do México em troca de igual volume de soja brasileira. Considerando-se o preço da soja na época do contrato entre os governos brasileiro e mexicano, a tonelada deste feijão preto sairá por US$ 350/t, inferior ao valor pago nas últimas importações.

Ainda que o responsável pela transação se sujeitasse ao confisco atual sobre as exportações de soja em grão (12%) e repassasse esta perda para o feijão importado, o preço deste último seria de US$ 392/t, compatível com o tabelamento interno (Cr$ 368,55/sc. 60 kg) à taxa de câmbio vigente de Cr$ 14,00 = US$1,00.

Além destas 50 mil t de feijão preto mexicano, outras 15 mil t estão sendo importadas pela Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro (ASSERJ). Considerando que a safra da seca brasileira deve alcançar volume superior a 100 mil t, das quais cerca de 30 mil são de feijão preto, teríamos uma disponibilidade de 95 mil t do produto para abastecer o mercado interno até a próxima safra das águas, que deverá ocorrer já a partir de novembro deste ano.

O Grande Rio, maior região consumidora de feijão preto, deverá absorver 50 mil t do produto até novembro, a um consumo médio mensal de 10 mil t. O restante atenderia à demanda das demais regiões.

A atual escassez do produto pode ser avaliada, grosseiramente, pela comparação entre o preço médio praticado no 1º trimestre de 74, ano em que o mercado teve um comportamento normal, e os preços no 1º trimestre de 77. Usando-se os índices de preço por atacado de produtos agrícolas no período 74-77 (FGV), o preço médio no atacado no começo de 74 equivaleria hoje a Cr$ 290/sc. 60 kg. A diferença entre este preço e o preço efetivamente praticado em 77, de

Cr$ 480/60 kg revela o ágio de 66%, que resulta da escassez do produto.

Diante das importações feitas e do cálculo aproximado do consumo brasileiro até a entrada da safra das águas, é provável que este ágio se reduza, refletindo solução ainda que temporária da crise com que nos defrontamos há mais de um ano. Resta esperar que, estimulados pelos preços que têm sido praticados no mercado até hoje e pelo preço mínimo que promete ser generoso, a resposta dos produtores seja tal que a safra das águas venha a atender ao consumo interno a partir de novembro.

*** SEMENTES

Os projetos de pesquisa fitogenética nos países em desenvolvimento são frequentemente penalizados por interrupções na sua implementação. Por outro lado, o açodamento na busca de resultados visíveis - a decantada "queima de etapas" - não funciona na atividade de pesquisa, salvo por descobertas fortuitas. A intemperança é inimiga da pesquisa, seja pela pressa excessiva, ou pelas descontinuidades fabricadas a partir de insucessos iniciais. Ambas causam prejuízos sociais ponderáveis, embora só evidentes a longo prazo.

Somente em caráter excepcional, uma pesquisa biológica interrompida pode ser reativada no mesmo ponto em que foi abandonada. Normal é o retorno à estaca zero, pois os ciclos biológicos das plantas são alheios aos cortes de verbas, às mudanças institucionais perfunctórias e à evasão de pesquisadores. Neste sentido, a recuperação dos prejuízos é bastante improvável. Como decorrência, o aumento da produtividade agrícola passa a ser um objetivo eternamente adiado. Quando muito, em casos particulares, pode-se compensar parcialmente a estagnação na área fitogenética pela aplicação de fertilizantes e defensivos em doses até mesmo excessivas. Em nosso país, a semente melhorada mais apropriada a cada região técnico-ecológica nem sempre se encontra disponível.

O PLANO NACIONAL DE SEMENTES (PLANASEM) destina-se à implementação da política nacional de sementes concebida em 1968. Na sua primeira fase, o Apoio Governamental para Implantação